

Bahá'ís Enfrentam Dificuldades no Egípto

Para todos aqueles que apoiam e defendem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as notícias vindas do Egípto, são preocupantes.

No Egípto, a decisão do Tribunal de 1ª Instância, que reconhecia que os cidadãos Bahá'ís do Egípto tinham o direito de ver a sua religião identificada em documentos oficiais, foi revogada pelo Supremo Tribunal Administrativo que decidiu a favor de um recurso do Ministério do Interior, contrariando a decisão anterior. O Tribunal também decidiu que o casal bahá'í deverá pagar todos os custos do processo. Em termos práticos, esta decisão tenta obrigar os bahá'ís a negar a sua religião contra os mais elementares direitos de cidadania.

O caso que, desde Abril, vinha suscitando no Egípto um aceso debate sobre a liberdade religiosa e os direitos cívicos naquele país, foi levantado por um casal bahá'í que viu os seus bilhetes de identidade e passaportes confiscados, quando solicitou que o nome das suas filhas fosse incluído nos seus passaportes, onde a religião bahá'í constava na sua identificação religiosa.

O aparato que caracterizou esta última sessão do tribunal é digno de registo. No exterior do edifício foram montadas barreiras, e estavam guardas armados e polícia anti-motim. Também várias televisões, rádios, jornais e agências noticiosas estiveram presentes, transmitindo o evento e entrevistando várias pessoas.

Além disso, no interior e no exterior do edifício do tribunal estiveram apoiantes dos bahá'ís. Alguns levaram consigo enormes cópias dos antigos bilhetes de identidade onde se salientavam as palavras «Bahá'í» e «Egípcio». Também lá estiveram muitos *bloggers*, activistas dos direitos humanos e livres-pensadores que vieram manifestar a sua solidariedade para com os Bahá'ís. Entre estes destacava-se um manifestante que empunhava um cartaz onde afirmava ser muçulmano, crente em Maomé, e apoiante do direito dos Bahá'ís verem a sua religião reconhecida e terem os mesmos direitos civis que outros egípcios.

E como não podia deixar de ser, lá estiveram também vários membros do movimento extremista Irmandade Muçulmana, gritando slogans de ódio contra os bahá'ís. Quando a decisão foi anunciada, ouviram-se as suas vozes: "*Allah'u-Akbar!*" e "*Viva a justiça!*"

A consequência imediata deste veredicto é que os bahá'ís egípcios continuam a não ter direitos de cidadania na sua própria pátria. Não podem obter documentos de identificação, certidões de nascimento ou de óbito, passaportes ou qualquer outro documento oficial.

Com tudo isto, os bahá'ís egípcios não podem arranjar emprego, não podem ter acesso às escolas, não podem receber tratamento hospitalar, não podem viajar, não podem ter acesso a serviços sociais, não podem casar nem ser declarados falecidos, não podem obter uma carta de condução, não podem ter uma conta bancária, não podem adquirir uma propriedade... e muitas outras coisas, tais como ser presos por não ter bilhete de identidade!

"Lamentamos profundamente a decisão do Tribunal que viola um vasto conjunto de direitos internacionais sobre direitos humanos e liberdade religiosa, de que o Egípto é signatário", afirmou Bani Dugal, a representante da Comunidade Internacional Bahá'í nas Nações Unidas. "Como se tratou de uma decisão final, a decisão do Tribunal ameaça transformar em «não-cidadãos» todos os membros de uma comunidade religiosa".

“Temos esperança que o debate público leve o Governo Egípcio a corrigir as suas políticas discriminatórias”, continuou. “Isto pode ser feito quer permitindo aos Bahá’ís terem a sua religião identificada em documentos oficiais, quer abolindo toda a identificação religiosa, ou simplesmente permitindo que a palavra «outra» seja incluída no campo religião dos documentos oficiais.”

Transcrevemos, ainda, a carta que a Casa Universal de Justiça dirigiu aos Bahá’ís do Egipto.



Aos bahá’ís do Egipto,

Recebemos a lamentável notícia de que em 16 de Dezembro, o Supremo Tribunal Administrativo decidiu contra a decisão de um Tribunal de 1ª Instância que permitia aos bahá’ís obter oficialmente a emissão dos seus bilhetes de identidade. Lamentamos e compartilhamos inteiramente do vosso desapontamento por não ter sido respeitada a justiça devido a uma decisão que rouba aos membros da vossa comunidade um direito tão importante da cidadania egípcia unicamente devido à fé que professam. Mas devem manter-se firmes e perseverar nos vossos esforços para obterem a garantia desse direito. Fazer menos seria privar as autoridades do Egipto da oportunidade de corrigir um erro que tem implicações para muitos outros também, não apenas para vós. Ainda mais, calar-se seria desprezar a coragem moral daquelas organizações, da comunicação social e de pessoas de boa vontade que têm unido as suas vozes à vossa, na busca de uma solução justa para uma iniquidade tão séria.

Ao explicar a decisão do Supremo Tribunal à imprensa, o juiz que presidia ao mesmo, afirmou que a constituição egípcia reconhece somente três religiões: o Islão, o Cristianismo e o Judaísmo. Esse argumento ignora a essência e torna obscuro o assunto em causa. Seguramente não estão a solicitar que a Fé Bahá’í seja reconhecida. Como quaisquer outros cidadãos egípcios, simplesmente desejam ser livres para ter acesso ao que a lei civil prevê, a obtenção dos seus bilhetes de identidade sem prestar falso testemunho sobre a crença religiosa. A posse do bilhete de identidade é um direito comum ao qual todo o cidadão egípcio tem direito. Mas o mais estranho é que justamente os defensores da lei querem forçar-vos a violar um regulamento governamental que todos os cidadãos, sem excepção, devem observar! É certamente digno de elogio que os juízes de forma pública apoiem a validade de três das religiões divinas. Como uma comunidade que acredita que todos os Mensageiros escolhidos de Deus “têm assento num mesmo trono, expressam uma mesma Palavra, e proclamam uma Fé comum”, os bahá’ís do Egipto não têm dificuldade em aceitar os postulados das três religiões mencionadas. Mas com que propósito foram os seus nomes invocados? Foi para justificar a exclusão de determinados cidadãos de exercer os seus direitos civis? Não implicaria tal decisão no abuso de autoridade dessas religiões perpetrarem uma injustiça que fere o mais elevado padrão de justiça que elas exigem dos seus seguidores? Mas o vosso interesse não é criar uma polémica teológica com o poder judicial egípcio, apesar da grosseira má interpretação da Fé Bahá’í que expressaram: o objectivo é a aplicação dos princípios de equidade,

imparcialidade e honestidade que são tão vitais a todas as fés e até aos que não professam nenhuma. A decisão é inteiramente injustificável, não somente por ser contrária às cláusulas específicas estabelecidas nas Convenções Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos, do qual o Egipto é signatário, mas, mais especificamente porque as Sagradas Escrituras do Islão exaltam a tolerância como um preceito de estabilidade social.

Este incidente faz lembrar a ocasião, há mais de oito décadas, quando as autoridades judiciais e eclesiásticas egípcias, consideraram os postulados da nossa Fé não com uma atitude de simpatia, mas com a intenção de oposição. Um caso envolvendo três cidadãos muçulmanos que se tinham tornado bahá'ís numa pequena cidade despertou-lhes o interesse. Como resultado, o Tribunal religioso de recurso de Beba emitiu um veredicto, em 10 de Maio de 1925, denunciando a Fé Bahá'í e anulando os casamentos desses homens. No entanto, decorrente de um estudo escrupuloso dos juízes sobre as Escrituras Bahá'ís, eles chegaram à acurada conclusão que a Fé Bahá'í era “uma nova religião”, com as suas próprias “crenças, princípios e leis”. O veredicto foi sancionado naquele mesmo tempo pelas mais elevadas autoridades eclesiásticas do Egipto. Se os magistrados egípcios foram capazes, naquela época, de tão clara percepção, e outros no tribunal local tenham tido entendimento semelhante, parece razoável confiar que esta conclusão seria no futuro reafirmada de forma positiva, no mais elevado grau de autoridade no seu país.

Há bem mais de um século, durante a vida de Bahá'u'lláh, a Sua Fé estabeleceu raízes na vossa terra natal. A despeito de alguns casos de oposição, a Fé floresceu num clima de fermentação intelectual. No início de 1934, a vossa Assembleia Espiritual Nacional foi registada num cartório, obtendo, dessa forma, personalidade jurídica que lhe permitiu funcionar de acordo com os procedimentos bahá'ís e possuir bens imóveis, incluindo um Centro Nacional e um cemitério. Então, subitamente, em 1960, sem qualquer anúncio prévio, foi divulgado o Decreto Presidencial numero 263 banindo todas as Instituições Bahá'ís locais e nacionais, e confiscando as suas propriedades e outros bens. Por cerca de cinco décadas, desde então, os membros da vossa comunidade têm suportado humilhações de todos os tipos, incluindo vexatória vigilância policial e detenções injustificadas. Até agora nenhuma evidência foi aduzida que comprovasse que têm sido indignos da confiança pública, enquanto são muitos os factos que confirmam que, pelo contrário, têm feito notáveis contribuições para o desenvolvimento espiritual, intelectual e cultural do povo egípcio. Nesse sentido, lembramos com profunda emoção e orgulho os distintos serviços ao vosso país e à comunidade em geral do vosso saudoso compatriota bahá'í, Hussain Bikar, o qual, a despeito de ter recebido uma comenda presidencial em homenagem às suas destacadas realizações como artista, viu negada a obtenção do seu bilhete de identidade egípcio até ao momento da sua morte.

Este não é o tempo, porém, para insistir em lembrar os vexames que a vossa comunidade tem sofrido, desde há muito. É, sim, uma ocasião apropriada para reflexão sobre o amplo contexto decorrente da recente acção do Supremo Tribunal Administrativo, da qual vocês podem inferir um sentido ainda maior do seu significado e propósito.

A injustiça predomina. Em todo o mundo ela aflige cada sector da vida, seja no lar, no local de trabalho, ou na esfera pública, como uma consequência da conduta maldosa de pessoas, grupos ou governos. Lamentando o horror que acarreta, Bahá'u'lláh fez esta observação muito séria: “A justiça, nos dias de hoje, deplora a condição em que se

encontra, e a Equidade padece sob o jugo da opressão. As densas nuvens da tirania obscureceram a face da terra e envolvem todos os seus povos.” Tão grave situação ocorre num tempo de mudança sem precedente: processos opostos de caos e de ordem interagem numa espiral de turbulência que indica uma transição na agenda social e espiritual do mundo como um todo.

A sociedade humana chegou a um estágio da sua evolução, no qual a unidade da inteira raça humana é imperativa. Não se dar conta desta realidade é ignorar o significado da corrente crise nos assuntos do mundo. O princípio da unidade da humanidade identifica o código para a solução dos transcendentais assuntos envolvidos. Como bahá'ís, compreendem o que este princípio implica não somente na meta final de paz que ele significa, mas envolve, também, a vossa participação nas árduas e dolorosas tarefas necessárias para a sua execução. Portanto, vós deveis dar o devido valor às conotações globais dos casos de opressão na vossa terra natal e no exterior, e aceitar a responsabilidade de se esforçarem, sob a guia dos princípios da Fé e em colaboração com terceiros, sempre que possível, para combater a injustiça, para o bem comum.

Esses grupos que vos apoiam no embate actual em que se encontram, têm uma visão de âmbito mundial, estando eles próprios preparados para enfrentar uma dura resistência ao vosso abnegado trabalho que fazem, suportando as ondas de injustiça no processo. Como a ascensão da justiça assegura o surgimento da unidade no mundo, todos aqueles que se empenham em tão grandioso desafio de lutar por esse ideal, sem dúvida absorveram o espírito da época contido no princípio da unidade. Na mesma extensão em que a luta pela justiça contribui para o estabelecimento de um único padrão global de direitos humanos, as organizações no Egipto envolvidas estão a trabalhar para a unificação de todos os seus cidadãos. Assim, estão amplamente empenhados na tarefa vital de reconciliação das tensões que atormentam a vossa sociedade e retardam o estabelecimento da sua unidade. Tal reconciliação não deve ser considerada impossível para o povo egípcio, o qual pode orgulhar-se das reconhecidas fases de luz que, num passado glorioso asseguraram a sua unidade numa sociedade florescente. Sem dúvida alguma, o Egipto erguer-se-á para participar, como merece, na fruição daquele destino de paz e prosperidade mundiais com o qual sonham todas as nações.

Asseguramo-vos as nossas fervorosas orações nos Santuários Sagrados em nome de cada um dos membros da vossa comunidade e para o progresso de todos os seus compatriotas nessa terra de antigo esplendor.

(assina) A CASA UNIVERSAL DE JUSTIÇA

